

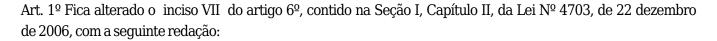
### **ESTADO DE SANTA CATARINA**

# Câmara de Vereadores de Itajaí



### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 158/2017

ALTERA O INCISO VII DO ARTIGO 6º, DA LEI Nº 4703, DE 22 DEZEMBRO DE 2006.



Art. 6º (...)

(...)

VII- não ser autuado em infração gravíssima, por mais de duas vezes, durante os doze últimos meses.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



#### ESTADO DE SANTA CATARINA

## Câmara de Vereadores de Itajaí



#### **JUSTIFICATIVA:**

Esta alteração visa facilitar a permanência dos profissionais que já exercem a função de condutor de transporte escolar no município de Itajaí.

Esta proposição nasceu de uma reivindicação da categoria para alteração do dispositivo. É uma carga muito pesada para os condutores; tal alteração na lei não almeja beneficiar os infratores, mas tem o intuito de evitar dupla penalização, fato este que é vedado por nosso ordenamento jurídico.

A administração é pautado no princípio da razoabilidade a doutrina leciona:

"A razoabilidade é um conceito jurídico indeterminado, elástico e variável no tempo e no espaço. Consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato" (RESENDE, Antonio José Calhau. O princípio da Razoabilidade dos Atos do Poder Público. Revista do Legislativo. Abril, 2009.)

Nesse sentido comenta José Roberto Oliveira Pimenta:

"Neste prisma, constata-se que a administração pública, ao exercer suas funções, deve primar pela razoabilidade de seus atos a fim de legitimar as suas condutas, fazendo com que o princípio seja utilizado como vetor para justificar a emanação e o grau de intervenção administrativa imposto pela esfera administrativa ao destinatário" (OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade no Direito Administrativo Brasileiro. 1º Ed., São Paulo. Malheiros Editores, 2006, p. 473.)

Como fora exposto, o princípio da razoabilidade é norteador da administração pública, visto que o inciso vigente imputa uma penalidade administrativa muito rígida, o que contraria o princípio elencado, o que faz jus o presente projeto.

SALA DAS SESSÕES, EM 17 DE JULHO DE 2017

EDSON ALEXANDRE LAPA DA SILVA VEREADOR - PR